

# Atitude dos educadores frente à expressão da sexualidade da pessoa com deficiência mental

*Attitude of teachers facing the expression of sexuality of people with mental disabilities*

**Rita de Cássia Costa Teixeira**

Universidade do Estado de Minas Gerais

ckassiah@yahoo.com.br

## Resumo

Este trabalho, tem como principal objetivo identificar quais são as atitudes dos educadores frente às expressões da sexualidade, do adolescente com deficiência mental, no espaço escolar. O estudo foi desenvolvido mediante pesquisa bibliográfica e análise de atos normativos específicos sobre educação inclusiva e educação afetivo-sexual. Constatou-se que a maioria dos educadores repreendeu as expressões de sexualidade dos adolescentes sem, contudo, apontar comportamentos socialmente aceitáveis. As informações obtidas através de observação em uma escola municipal de ensino especial de Belo Horizonte, permitiram concluir que dentre os motivos apresentados para a não inclusão da temática Educação Afetivo-Sexual no trabalho com deficientes mentais, está a dificuldade dos educadores de aceitar que a sexualidade desses sujeitos passa por todos os estágios de desenvolvimento das pessoas ditas normais.

Palavras-chave: Sexualidade. Deficiência mental. Educação Afetivo-sexual.

## Abstract

This work takes as its main objective to identify teachers' attitudes facing the expressions of sexuality of adolescents with mental retardation at school. The study was developed through a literature review and an analysis of normative acts specifically on inclusive education and sexual-affective education. It was found that most of the educators rebuked the expressions of sexuality of these adolescents without, however, pointing socially acceptable behaviors. Informations obtained by observation at a special education public school in Belo Horizonte, showed that among the reasons given for not taking the topic Sexual-Affective Education when working with mentally handicapped youths, is the educators' difficulty to accept that these subjects' sexuality go throughout all development stages of the so-called normal people.

Keywords: Sexuality. Mental retardation. Sexual-affective education.



### Introdução

Propor uma reflexão sobre a sexualidade humana significa tocar numa temática que gera polêmica e contradição. De fato, observa-se que, até a bem pouco tempo, a sexualidade era uma condição humana que deveria ser ocultada, pois tudo que a ela se referia era causa de constrangimento, vergonha ou risos. Hoje, a sexualidade aparece incorporada ao discurso como um dos ícones e fetiches da “sociedade de consumo” e da “sociedade de massas”, associada ao processo de globalização das mentes e dos corpos como um apelo para vender mercadoria ou fazendo parte do jogo capitalista da própria “mercantilização do sexo”. As pessoas, em diferentes medidas, consomem mensagens elaboradas em série a partir da lei da oferta e da procura, não escapando dela os deficientes mentais que, devido a sua inabilidade de refletir, perdem-se dentro daquilo que é massificado.

A sexualidade faz parte dos processos de constituição da identidade e da formação da personalidade de cada um de nós, por ser inerente a todo ser humano. Em estudos sobre o desenvolvimento humano, observa-se que a sexualidade está presente desde o nascimento e vai se transformando ao longo da vida. Além da satisfação de necessidades básicas como sede e fome, o ser humano possui e imprescindível de satisfação das necessidades afetivas e sexuais como desejo de contato, de intimidade, de expressão emocional e de prazer (FREUD, 1905; ERICKSON, 1998; BEE, 2003; PAPALIA, 2006).

As concepções acerca da sexualidade e das formas de satisfação desta fundamentam-se nos aspectos biológicos, conforme as condições anatomobiológicas dos sexos, e também nos aspectos psicossociais – as experiências dentro do grupo social e cultural onde são introjetados os papéis sexuais e as relações de gênero. Cada grupo social elege o que é normal, em se tratando da conduta sexual dos sujeitos, e a partir desse parâmetro de normalidade fica também estabelecido o que é anormal ou patológico (SCOTT, 1990; GLAT E FREITAS, 1996; MAIA, 2006).

Exatamente por percorrer esses dois caminhos: do biológico e do social, a sexualidade vem, secularmente, sendo cercada de mitos e preconceitos, submetida ao controle psíquico e social através do controle disciplinar dos corpos e das mentes (FOUCAULT, 1998; FREUD, 1905).

Um dos dispositivos de controle dos corpos, segundo Foucault (1998), é a escola. Nesse viés, a sexualidade humana, tal como se apresenta – impulsos e desejos inconscientes – é forjada para ser sublimada e contida ao ser verbalizada, tornando-se um conteúdo a ser trabalhado pedagogicamente de forma a adequar-

se às normas sociais e aos bons costumes vigentes.

Embora a sexualidade faça parte do desenvolvimento do sujeito, abordar temas referentes a ela causa desconforto em educadores. Quando o assunto é a sexualidade das pessoas com deficiência mental, a questão torna-se ainda mais complexa porque estas pessoas são consideradas deficientes também em seu desenvolvimento sexual (LIPP, 1981; ASSUMPCÃO JÚNIOR E SPROVIERI, 1993; GHERPELLI, 1995; GLAT E FREITAS, 1996; GIAMI, 2004 E MAIA, 2006).

Para Glat e Freitas (1996), apoiando-se nos estudos de Goffman (1988), um dos grandes problemas da pessoa com deficiência é o estigma. A pessoa diagnosticada como anormal tem todas as outras possibilidades subestimadas, com base em um julgamento a respeito de sua incapacidade de analisar sua vida e expressar seus sentimentos e desejos. O grupo ao qual pertencem, formulam e lhes atribuem conceitos, ideias e valores, vistos a partir de um referencial de anormalidade que, introjetados, determinam seus comportamentos e sua expressão de sentimentos e desejos. Os indivíduos que não correspondem às expectativas grupais são, geralmente, excluídos do convívio social e estigmatizados, embora se perceba grande esforço de diversas instituições no sentido de legitimar a proposta de inclusão da pessoa com deficiência.

### Atendimento à pessoa com deficiência

No início do século XX, são diversas as transformações nos campos do saber e na forma de compreender e interpretar a realidade na cultura ocidental. Transformações que implicam modificações no sistema de produção, na organização social e consequentemente na educação. Essas mudanças paradigmáticas eclodem na virtualidade dos tempos e dos espaços, exigem modificações rápidas nas leis e respostas imediatas daqueles que trabalham com a formação humana. Os reflexos dessas mudanças são mundiais. Segundo Cambi (1999), professor de pedagogia geral da Universidade de Florença, na Itália, a escola sofreu processos de profunda e radical transformação. A prática educativa impôs novos protagonistas à sociedade como a criança, a mulher e o deficiente mental; renovou as instituições formativas desde a família até a escola e a fábrica, dando vida a um novo processo de socialização. Nos anos de 1980, essa escola passou a ter novas exigências, novos sujeitos dos processos formativos e novas orientações político-culturais. Estamos todos implicados, assistindo e também produzindo essas mudanças. Hoje, o contexto neoliberal que domina grande parte

## Atitude dos educadores frente à expressão da sexualidade da pessoa com deficiência mental

dos países ocidentais propõe a reestruturação capitalista dos países, a internacionalização e a globalização da economia e põe ênfase nas relações de mercado como reguladoras da vida social.

O discurso veiculado pelos meios de comunicação é carregado de concepções preconceituosas e equivocadas, principalmente no que se refere às questões da sexualidade, do gênero e da diversidade sexual. Assumpção e Sprovieri (1993) registram que a cultura de massa foi uma característica marcante do século XX e a responsável por uma série de condicionamentos e padrões de comportamento, a partir de modelos que romperam com a moral tradicional, estabelecendo novos conceitos.

Na sociedade brasileira do século XXI, o contexto educacional passa por transformações semelhantes às mundiais, um novo conceito de escola coexiste com a escola tradicional porque vivemos em um modo de produção capitalista que se apresenta como um movimento de superestrutura necessário para auxiliar a infraestrutura, ou seja, “o conflito entre a pedagogia nova e a pedagogia tradicional acontece e está relacionado com os conflitos que surgem também na estrutura” (Lopes, 2007, p. 71). A concepção pedagógica adquire feições desse momento capitalista e interpreta o homem como ser incompleto e inacabado, que vive e interage com o mundo dinâmico, portanto, nega a essência para admitir o caráter dinâmico real, enquanto que a pedagogia tradicional nega o movimento da realidade para admitir o caráter essencial dessa realidade. A contradição entre essas pedagogias aparecem na prática educacional quando os educadores assumem uma concepção pedagógica e passam a criticar a outra. Essa mudança aconteceu também em relação à proposta de inclusão social considerando as diferenças entre os gêneros, a diversidade cultural e étnica e o atendimento às pessoas com deficiência, inclusive no que se refere à expressão da sua sexualidade.

Abordar a temática da sexualidade do aluno com deficiência mental, na escola inclusiva, requer um olhar para o passado na tentativa de compreender esse aspecto do desenvolvimento humano em um contexto histórico e social. Pensar a sexualidade e o sujeito “deficiente” dentro de uma concepção histórica e cultural significa compreender que esses conceitos estão continuamente em mudança, por serem frutos da construção histórica e cultural ao longo dos tempos.

Quando falamos de deficiência, é preciso entender e refletir sobre o conceito que prevalece em relação ao deficiente e as deficiências em nossa sociedade. Maia (2006) comenta que: apesar de todo o avanço representado pelo paradigma inclusivo incorporado ao ideário de famílias, profissionais e pesquisadores de

diversas áreas, a delimitação de tais conceitos não é garantia, na prática, de desenvolvimento, aprendizagem, melhor qualidade de vida e exercício da cidadania em relação ao trabalho, a educação e também a vivência da afetividade e da sexualidade do deficiente.

Pode-se deduzir que a sexualidade do adolescente com deficiência mental não é claramente contemplada nos programas e políticas de educação especial. Se por um lado não há nenhuma proibição legal referente ao assunto, não há também promoção do direito sexual e reprodutivo desses sujeitos, nem ações educativas que possam auxiliá-los na vivência da sexualidade com autonomia e segurança, caso esta vivência seja opção destes.

Para Omote (1980) a deficiência é um fenômeno social que está fora do sujeito e não é intrínseco a ele, mesmo que a deficiência se revele em um corpo biológico ou em um comportamento atípico. Nas palavras desse autor:

[...] a deficiência não é algo que emerge com o nascimento de alguém ou com a enfermidade que alguém contrai, mas é produzida e mantida por um grupo social na medida em que interpreta e trata como desvantagens certas diferenças apresentadas por determinadas pessoas. Assim, as deficiências devem, a nosso ver, ser encaradas também como decorrentes dos modelos de funcionamento do próprio grupo social e não apenas como atributos inerentes às pessoas identificadas como deficientes. A deficiência e a não-deficiência fazem parte do mesmo quadro [...] (OMOTE, 1980, p. 68-69).

A definição de Omote (1980) vem ao encontro do pensamento de Goffman (1988), o qual afirma que é a sociedade que estabelece os parâmetros de comparação entre o que é normal e o que não é normal, gerando os estigmas. Portanto, o estigma não é um atributo pessoal, mas uma forma de designação social e sua relação com a identidade do sujeito. O

autor identifica três tipos de estigmas: relacionado às deformidades físicas ou mentais; relacionado à moralidade e relacionado à linhagem de raça, nação e religião e comenta:

O terno estigma será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relação e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode

## Atitude dos educadores frente à expressão da sexualidade da pessoa com deficiência mental

confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é em si mesmo, nem honroso nem desonroso. (GOFFMAN, 1988 p. 13).

Assim entendido, o estigma é, na realidade, um tipo de relação entre atributo e estereótipo. Cada ambiente social estabelece categorias de pessoas possíveis de serem neles encontradas. É no relacionamento com o outro que nos reconhecemos como iguais ou diferentes. O estigma, na concepção de Goffman, é uma característica social, um processo que ocorre quando há normas de identidade. O papel dos “normais” e o papel dos “anormais”, estigmatizados são recortes da mesma realidade (GOFFMAN, 1988). O autor lembra que o estigma dos normais é o preconceito, pois algumas pessoas ainda têm receio de relacionar-se com outras que possuem algum tipo de deficiência. O relacionamento entre indivíduos estigmatizados e indivíduos normais se estabelece através de uma espécie de trato, em que os primeiros participam da socialização sem temer ou sofrer preconceito e os segundos desenvolvam habilidades para conviver e interagir com o que é diferente. Atualmente, o objetivo do processo de inclusão social da pessoa com deficiência é essa convivência pautada no respeito à diversidade (GOFFMAN, 1988).

Durante muito tempo, a pessoa com deficiência mental viveu em regime de segregação social, recebendo atendimento médico porque essa deficiência era compreendida apenas em seus aspectos biológico ou psicológico, portanto, passível de tratamento clínico ou psiquiátrico. Ao longo dos tempos, esse conceito foi evoluindo até chegar à classificação das deficiências mentais definidas na IX Assembleia da Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1976:

*Deficiência:* perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão.

*Incapacidade:* restrição, resultante de uma deficiência, da habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o ser humano. Surge como consequência direta ou é resposta do indivíduo a uma deficiência psicológica, física, sensorial ou outra. Representa a objetivação da deficiência e

reflete os distúrbios da própria pessoa, nas atividades e comportamentos essenciais à vida diária.

*Desvantagem:* prejuízo para o indivíduo, resultante de uma deficiência ou uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de papéis de acordo com a idade, sexo, fatores sociais e culturais. Caracteriza-se por uma discordância entre a capacidade individual de realização e as expectativas do indivíduo ou do seu grupo social. Representa a socialização da deficiência e relaciona-se às dificuldades nas habilidades de sobrevivência (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1976).

O conceito de normalidade no campo médico, legal, social ou educacional será sempre um conceito relativo e não pode ser entendido fora de um contexto histórico e social, pois é estabelecido nas relações sociais

### Metodologia

O tema deste estudo nos encaminhou para uma pesquisa qualitativa, exploratória, de caráter etnográfico educacional com viés na área de saúde. Por ser uma pesquisa que envolveu seres humanos considerados juridicamente incapacitados, submetemos este trabalho à análise do Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, a fim de cumprir os requisitos da Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Como metodologia, adotamos a técnica de observação das atitudes dos educadores em uma escola de ensino especial, da rede pública de Belo Horizonte, e a aplicação de questionários. Para fundamentar nossa pesquisa, adotamos como referencial teórico a documentação legal vigente no Brasil sobre educação regular e educação especial, assim como, alguns documentos internacionais, bem como, a literatura pertinente ao tema.

A pesquisa qualitativa em educação enfatiza o processo, aquilo que está ocorrendo e não o produto ou os resultados finais. Outra característica desse tipo de abordagem é que a pesquisa refaz-se constantemente no próprio processo de investigação. Para isso, utiliza-se de um planejamento flexível, em que os focos de investigação vão sendo revistos, as técnicas de coletas modificadas, os instrumentos reformulados e os fundamentos teóricos repensados.

Barbier (2002) apresenta-nos a observação como método de investigação científica a ser perseguido

Rita de Cássia Costa Teixeira

## Atitude dos educadores frente à expressão da sexualidade da pessoa com deficiência mental

nesse tipo de estudo. Torna-se fundamental lembrar que "o homem permanecerá, para sempre, dividido entre o silêncio e a palavra" (BARBIER, 2002, p. 141), onde somente o olhar sensível do pesquisador poderá penetrar e captar os significados do não dito.

A pesquisa exploratória, segundo Santos (2005, p. 173), "caracteriza-se pela existência de poucos dados disponíveis e objetiva aprofundar, aperfeiçoar ideias e a construir hipóteses. (...) Seu planejamento é relativamente simples e objetivo". É o momento de estabelecer contatos iniciais para a entrada em campo, de localizar os informantes e as fontes de dados necessárias para o estudo.

É uma pesquisa de caráter etnográfico porque se restringe à observação de um determinado grupo e, de acordo com Mattos (2001):

... compreende o estudo, pela observação direta e por um período de tempo, das formas costumeiras de viver de um grupo particular de pessoas: um grupo de pessoas associadas de alguma maneira, uma unidade social representativa para estudo, seja ela formada por poucos ou muitos elementos (...). O objetivo é documentar, monitorar, encontrar o significado da ação (MATTOS, 2001, p. 1).

O projeto de pesquisa foi submetido à análise do Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, e aprovado por este órgão, por cumprir os requisitos da Resolução nº 196/96. Conhecida como Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, esta resolução do Conselho Nacional de Saúde norteia as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil. Cumprindo os aspectos éticos contidos na parte III, desta mesma resolução, foi exigida dos educadores e responsáveis pelos adolescentes com deficiência mental a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando a realização da pesquisa de campo.

A coleta de dados realizou-se por meio da observação do comportamento dos alunos e educadores de uma escola pública de ensino especial, da rede municipal de Belo Horizonte. Outro instrumento de coleta de dados utilizado foi a aplicação de questionários aos educadores. Segundo Gil (1994): "o questionário constitui hoje uma das mais importantes técnicas disponíveis para obtenção de dados nas pesquisas sociais" (GIL, 1994, p. 79).

A observação no espaço escolar foi feita durante todo o ano de 2006 e os dados analisados foram os coletados de março a setembro do mesmo ano, pois,

nesse período, as pesquisadoras não eram mais estranhas ao grupo de alunos e educadores e, acreditava-se que esses já se comportavam de forma espontânea. O objetivo foi verificar como se dão as relações educativas, afetivas e sociais envolvendo educadores e alunos adolescentes com deficiência mental e a expressão da sexualidade desses sujeitos, tendo como base a legislação e a bibliografia estudada.

Segundo Thiollent (1985), ao empreender uma pesquisa de caráter qualitativo, o pesquisador deve estar ciente de que o processo reflexivo e de construção do conhecimento se encontra centrado nos sujeitos da pesquisa. Esse estudo envolveu a observação de um grupo de 5 educadores e 11 adolescentes com deficiência mental, desta escola. Sendo que dentre eles: 04 eram educadores do sexo feminino e 01 do sexo masculino, 06 adolescentes do sexo feminino e 05 do sexo masculino. A idade dos educadores variou de 17 a 50 anos, para ambos os sexos. Já a idade dos adolescentes observados variou de 12 a 18 anos para ambos os sexos, de acordo com a classificação etária de adolescente definida no Estatuto da Criança e do Adolescente. Devemos esclarecer que se considerou como educador, nesta pesquisa, todas as pessoas envolvidas no processo educativo sejam elas professores, estagiários e demais funcionários da instituição.

Na escolha dos adolescentes observados, selecionaram-se aqueles com diagnóstico clínico para deficiência mental em qualquer nível. Já na seleção dos educadores participantes, todos voluntários, não foi feita nenhuma restrição quanto ao seu nível de formação acadêmica. Optou-se por deixar em anonimato a instituição, bem como, todos os sujeitos envolvidos nesta pesquisa.

Além da observação no espaço escolar, utilizou-se também um questionário que foi direcionado à diretora da escola contendo 19 questões, sendo 06 fechadas, 07 abertas e 06 mistas. Para os professores foi aplicado um questionário com 07 questões abertas, 01 fechada e 05 mistas. As questões abertas tiveram como objetivo permitir que os educadores pudessem expor suas opiniões livremente, para que, com isso, fosse possível verificar quais são as atitudes desses educadores frente às expressões da sexualidade dos adolescentes com deficiência mental no espaço escolar.

### Resultados e análise de dados

Devido à diversidade de dados coletados, optou-se por comentar as questões que mais se destacaram no desenrolar desta pesquisa. Para isso, buscou-se fundamentação teórica na pesquisa bibliográfica, na revisão da legislação e nos conhecimentos advindos de

## Atitude dos educadores frente à expressão da sexualidade da pessoa com deficiência mental

outras leituras. Desta forma, com o intuito de conduzir o leitor a ter uma visão mais acurada da realidade estudada, apresenta-se, a seguir, os dados coletados que serviram de base para a nossa análise.

### Perfil da escola

A escola foi fundada em dezembro de 1992 e localiza-se na periferia de Belo Horizonte. Atualmente, atende 114 alunos de um nível socioeconômico baixo, em várias faixas etárias, com deficiências física e mental múltiplas, inclusive pessoas com diversas síndromes. Os alunos são encaminhados à escola através do Conselho Tutelar, do Juizado da Infância e da Adolescência, de Postos de Saúde e de outros órgãos de atenção à pessoa com necessidades especiais. Trabalham nesta instituição 56 profissionais com diversas funções: diretor, vice-diretor, coordenadores pedagógico e de turno, professores, estagiários, secretária, auxiliares de secretaria, biblioteca e serviços gerais.

### Atitude dos educadores frente às expressões da sexualidade dos alunos

Para direcionar as observações da atitude dos educadores frente às expressões da sexualidade do adolescente, com deficiência mental no espaço escolar, fez-se necessário definir o que são expressões da sexualidade. Para isso, adotamos como referencial o volume 10 do PCN, cujo tema é a Pluralidade cultural e Orientação sexual, o qual classificou como expressão da sexualidade dos educandos no Ensino Fundamental os seguintes comportamentos (PCN, vol.10 p.103-131): (1) Manipulação curiosa dos genitais; (2) Brincadeiras que envolvem contato corporal nas regiões genitais; (3) Curiosidade sobre concepção e parto; (4) Reprodução de manifestações de sexualidade adulta vista nos meios de comunicação ou presenciadas; (5) Brincadeiras erotizadas; (6) Piadas; (7) Expressões verbais; (8) Música com conteúdo erótico; (9) Carícia no corpo do outro.

Com base na observação feita em campo e na impossibilidade de se relatar todas as expressões da sexualidade dos adolescentes com deficiência mental e as atitudes dos educadores frente a elas, serão analisadas aquelas que, a nosso ver, são de maior destaque para o desenrolar da pesquisa. Cabe ressaltar, que as atitudes dos educadores foram observadas em todos os espaços e situações da rotina escolar, tais como: nas salas temáticas e de aula, no pátio, nas quadras de esportes, na biblioteca e no refeitório. Como já comentado, os cinco educadores observados tinham idades que variavam de 17 a 50 anos, de ambos

os sexos. Outros dados que mais especificamente identificariam esse grupo não constarão desta análise, pois os questionários aplicados aos educadores não foram devolvidos em tempo hábil para a conclusão da pesquisa. Entretanto, esses dados serão utilizados, futuramente, na redação de outros trabalhos.

Observamos diversas condutas dos educadores a partir do comportamento dos alunos e essas condutas foram divididas em três categorias, a saber:

Categoria I – Percebeu e ignorou

Categoria II - Percebeu e repreendeu

Categoria III - Percebeu e repreendeu aproveitando o momento para educar

Diversas situações observadas pelas pesquisadoras, não foram percebidas pelos educadores, embora estivessem no mesmo espaço.

### Análise com base nos dados observados

A partir de uma interpretação com base na tabulação resultante dos dados coletados pelas pesquisadoras, podemos chegar a diversas conclusões e a algumas suposições.

Percebemos que a manifestação da sexualidade masculina foi mais frequente que a manifestação da sexualidade feminina e que esta é repreendida imediatamente enquanto que a manifestação da sexualidade masculina, na maioria das vezes, foi ignorada ou não percebida pelos educadores. Essa atitude diferenciada dos educadores diante das manifestações sexuais masculinas e femininas nos leva a perceber que a repressão inibe o comportamento feminino, enquanto que incentiva o comportamento masculino.

É possível pensar que ao reprimir a sexualidade feminina os educadores manifestam uma atitude de preocupação e proteção quanto à integridade física e psicológica, haja vista uma maior vulnerabilidade deste público em relação a abusos sexuais. Mas também pode ser interpretada como um ato de censura uma vez que em nossa cultura as manifestações da sexualidade feminina são desestimuladas.

Entendemos que a postura do educador segue uma concepção moralista, pois seu ato de impor limites aprova comportamentos que são considerados desejáveis ou saudáveis e desaprova aqueles que são condenados pela sociedade.

Um dado importante é que das 45 cenas das manifestações da sexualidade observadas pelas pesquisadoras – 30 envolvendo contato físico e 15 de expressões verbais – 69% delas foram ignoradas ou não percebidas pelos educadores da instituição pesquisada e somente 31% foram repreendidas de

Rita de Cássia Costa Teixeira

## Atitude dos educadores frente à expressão da sexualidade da pessoa com deficiência mental

alguma forma.

Foi observado, também, que os educadores de uma maneira geral reprimem mais as expressões sexuais quando manifestadas através de contato físico do que as verbais. Analisando os dados obtidos constatamos que, das manifestações verbais percebidas pelos educadores envolvendo palavras e expressões chulas, apenas 31% foram repreendidas de alguma forma, enquanto 69% foram ignoradas. Já em relação às manifestações envolvendo contato físico percebidas pelos educadores, constatamos que 54% delas receberam algum tipo de censura enquanto que 46% foram ignoradas.

### Considerações finais

Constatamos que os educadores apresentam limitações ao lidar com as expressões de sexualidade dos adolescentes com deficiência mental no espaço escolar. Tais limitações foram expressas quando observamos na tabulação de dados a frequência maior de atitudes de repreender as meninas e ignorar os meninos nas expressões de sua sexualidade, repetindo um padrão social sexista e na quantidade de expressões ignoradas pelos educadores. Constatamos também que as atitudes dos educadores ao dar limites não vêm acompanhadas de orientações sobre o comportamento desejável para aquela expressão de sexualidade explicitada.

Em conversa com os educadores observados, percebemos que muitos se opõem à educação sexual de jovens com deficiência mental, alegando que isso pode provocar um interesse por sexo que talvez não teria sido naturalmente despertado. No entanto, a observação dos adolescentes nos mostrou que este pensamento é equivocado, pois embora a escola não tenha um trabalho voltado para a educação afetivo-sexual, os alunos manifestam claramente sua sexualidade. Além do mais, qualquer jovem ou criança recebe, hoje em dia, recebe várias informações sobre sexo através dos colegas, de conversa que ouvem dos adultos e dos meios de comunicação, principalmente a televisão. Informações estas que chegam a eles geralmente deturpadas, fragmentadas ou mal interpretadas.

Ao analisar o conteúdo das leis estudadas e com base nas observações feitas, fica clara a necessidade de desenvolver um trabalho de educação afetivo-sexual para os alunos com deficiência mental no ensino fundamental. Acreditamos que informações corretas associadas ao trabalho de autoconhecimento e de reflexão sobre a própria sexualidade permitem maior consciência sobre os cuidados necessários para a prevenção de problemas como abuso sexual, gravidez

não planejada, doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, além de promover a saúde dos adolescentes.

Com base na análise das leis estudadas para este trabalho, podemos concluir que a sexualidade do adolescente com deficiência mental não é claramente contemplada nos programas e políticas de educação. Se por um lado não há nenhuma proibição legal referente ao tema, não há também promoção do direito sexual e reprodutivo deste grupo, nem ações educativas que possam auxiliá-lo na vivência da sexualidade com autonomia e segurança, nem consta que esta vivência seja uma possibilidade de opção desse sujeito.

A questão que se coloca não é mais se os jovens devem ou não receber uma educação sexual, mas sim, quais são as formas mais adequadas para transmitir essas informações. Entretanto, para que possamos abandonar os mitos e a tradicional postura preconceituosa sobre a sexualidade do deficiente mental, precisamos compreender a deficiência como um fenômeno socialmente construído, ou seja, entender que é a sociedade que caracteriza os sujeitos e suas condutas como normais ou anormais. Faz-se necessário, também, conhecer o desenvolvimento sexual dessas pessoas e perceber que a sexualidade é inerente ao processo de construção de identidade de qualquer ser humano. Dessa forma, chegaremos, certamente, à conclusão de que a sexualidade é parte integrante, constitucional e formativa de todos os sujeitos.

É essa postura democrática e respeitosa que, em nossa opinião, deveria ser buscada no contexto educacional atual em que a inclusão das pessoas com deficiência parece ser a palavra de ordem e a inclusão passa inegavelmente pela aceitação e desenvolvimento pleno de sua sexualidade.

### Perspectivas de estudos futuros

A importância desse tema exige estudos posteriores em que, tanto a teoria quanto o trabalho de campo possam ser aprofundados no sentido de verificar quais tipos de metodologia e estratégias seriam mais adequadas para trabalhar a educação afetivo-sexual com as pessoas com deficiência mental, foco desse estudo.

Outra relevância, desse tema, seria refletir sobre a ausência de leis e políticas públicas que contemplem o direito das pessoas com deficiência mental de terem acesso à informação e orientação sobre como lidar com sua sexualidade de forma saudável e responsável.

Outro ponto, a ser destacado, seria repensar a formação e preparação dos educadores para trabalharem a educação afetivo-sexual dessas pessoas,

## Atitude dos educadores frente à expressão da sexualidade da pessoa com deficiência mental

tanto nas escolas regulares quanto nas especiais, para que essas possam desenvolver atitudes e comportamentos sexuais o mais próximo possível do que exigem as normas sociais.

### Referências

- ASSUMPÇÃO Júnior, Francisco B. **Deficiência mental, família e sexualidade**. São Paulo: Memnon, 1993.
- ATUCHA, Luis Maria Aller. **Pedagogia de la sexualidad humana: una aproximación ideológica y metodologica**. 2 ed. Buenos Aires: Galerna: 1995.
- BALEEIRO, Maria Clarice et al. **Sexualidade do Adolescente: fundamentos para uma ação educativa**. Salvador: Fundação Odebrecht; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, 1999.
- BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano Editora (série Pesquisa em Educação, v. 3), 2002.
- BASTOS, Olga Maria; DESLANDES, Suely Ferreira. Sexualidade e o adolescente com deficiência mental: uma revisão bibliográfica. **Ciência & Saúde Coletiva**; 10(2):389-397, abr-jun:2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a17v10n2.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2005.
- BEE, Helen. **A criança em desenvolvimento**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Roteiro e Metas para orientar o Debate sobre o Plano Nacional de Educação**. Brasília. INEP, 1997.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Sexualidade, prevenção das DST/Aids e uso indevido de drogas – Diretrizes para o trabalho com crianças e adolescentes / Coordenação Nacional de DST e Aids – Brasília: Ministério, 1998.**
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais: Pluralidade Cultural**. Brasília, 2000.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996**. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br/conselho/reso196/res19696.htm>>. Acesso em 23 de agosto de 2005 às 13h30.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei nº 8. 069, de 13 de junho de 1990.
- CAMBI, Franco. **História da pedagogia**; tradução de Álvaro Lourencine. São Paulo: UNESP, 1999 – (Encyclopaideia).
- ERIKSON, E. H. e Erikson, J. **O ciclo da vida completo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- FREUD, S. (1905) Três ensaios sobre sexualidade. In: **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1980.
- GHERPELLI, Maria Helena Brandão Vilela. **Diferente, mas não desigual: a sexualidade no deficiente mental**. São Paulo: Editora Gente, 1995.
- GIAMI, Alain. **O Anjo e a Fera: sexualidade, deficiência mental, instituição**; São Paulo: casa do psicólogo, 2004.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisas sociais**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- GLAT, Rosana, FREITAS, Rute Cândida de. **Sexualidade e deficiência mental: pesquisando, refletindo e debatendo sobre o tema**. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro, 1996.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- LIPP, Marilda. **Sexo para deficientes mentais: sexo e excepcional dependente e não dependente**. São Paulo: Cortez, 1981.
- PIMENTA, S. G.; LOPES, Regina M. G. P. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- MAIA, Ana cláudia Bortolozzi. **Sexualidade e deficiências**. São Paulo: UNESP, 2006.
- MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. Disponível em <[http://www.ines.org.br/paginas/revista/A%20bordag%20\\_etnogr\\_para%20Monica.htm](http://www.ines.org.br/paginas/revista/A%20bordag%20_etnogr_para%20Monica.htm)>. Acesso em: 20 de

## **Atitude dos educadores frente à expressão da sexualidade da pessoa com deficiência mental**

ago. 2006.

NUNES, César; SILVA, Edna. **A educação sexual da criança**. Campinas: Autores Associados, 2000.

OMOTE, S. A **Deficiência com um Fenômeno Socialmente Construído**. Tema da Conferência da XXI Semana da Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação da UNESP de Marília, São Paulo, 1980.

PAPALIA, Diane E. **Desenvolvimento humano**. 8.ed. Porto alegre: Artemed, 2006.

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 5.ed. rev. , atual. ampl. Niterói, RJ: Impetus, 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul/dez 1990

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, CORDE, 1994.

**Recebido em 3 de outubro de 2010.  
Aceito em 5 de novembro de 2010.**

**Rita de Cássia Costa Teixeira**